

SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES: UMA FALÁCIA OU REALIDADE?

Ana Paula Araújo Rocha de Assis¹, Warly Arthur Borges Aquino²

¹ Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos/GO. E-mail: apzinha2004@gmail.com

² Professor Mestrando (UEG), Câmpus Morrinhos/GO. Email: warly_borges@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de tecer uma discussão sobre o processo de desenvolvimento urbano, as questões que permeiam o desenvolvimento sustentável e a necessidade de se aguçar a percepção humana sobre os problemas ambientais, esse estudo visa realizar um sucinto debate acerca da relação homem e natureza, de modo a se verificar a dualidade presente nos centros urbanos que se configuram tanto como espaços fomentadores de estudos que buscam a amenização da ação antrópica sobre a natureza, como também uma localidade onde se faz acordos e leis que podem colocam em riscos os domínios morfoclimáticos, causando assim um desequilíbrio ecológico catastrófico, além das relações modernas da sociedade que são influenciadas pela relação do capitalismo de acumulação flexível.

Neste contexto, o estudo será norteado por teóricos que versam sobre os conceitos de cidade e a sua maturação como Sposito (1994) e Lencioni (2008), outrossim se usará como base teórica os escritos de Espíndola; Arruda (2008) que tratam sobre a economia sustentável e Engelman (2013) que destaca o erro de se utilizar as palavras sustentável e/ou sustentabilidade em uma abordagem de *marketing* para a apropriação desmedida de recursos naturais.

Assim, busca-se verificar se a cidade de fato pode ser um centro fomentador do pensamento sustentável, uma vez que exerce o papel de localidade onde se desenvolve a forma capitalista atitudinal, assim como a reprodução nas relações sociais e do homem-natureza. Evidenciando as dificuldades das formas de ações sustentáveis nos centros urbanos e apontando algumas premissas que podem auxiliar de forma mais enfática em um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA (Material e Métodos)

A fim de se conseguir um bom desenvolvimento da pesquisa e alcançar os objetivos propostos, foi feita uma revisão bibliográfica de vários autores relacionados ao tema, a partir de artigos, dissertações e teses.

Posteriormente, espera-se propor uma reflexão acerca da dinâmica das cidades frente à efetiva prática da sustentabilidade e, assim, traçar cenários, inferências ou até mesmo conclusões acerca das perspectivas e realidades que caracterizam a lógica e funcionamento das cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a premissa investigativa que este estudo se propõe a fazer, é necessário que se realize um breve esboço sobre a conceituação de cidade, para assim delinear precisamente o *locus* geográfico que será utilizado para a verificação se esses espaços podem ser classificados como propícios para a forma de se pensar o equilíbrio entre a natureza e a produção humana que recebe o nome de sustentabilidade.

Neste contexto, sobre o conceito de cidade Lencioni (2008, p. 115) afirma que “a cidade, não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da ‘relação do homem com o meio’ – referente mais clássico da geografia.” Diante de suas considerações a autora ainda destaca que há uma diferença conceitual entre cidade e urbano, pois o primeiro seria um objeto e o segundo se configuraria como um fenômeno (LENCIONI, 2008). Diante deste ordenado conceitual, pode-se considerar que a cidade é um aglomerado com um alto nível de complexidade e duração, onde ocorrem as relações do homem com o meio em suas mais variadas vertentes e formas.

Referente a uma perspectiva histórica, os aglomerados urbanos se fomentaram com a sedentarização, ou seja, quando a espécie humana deixa de ser nômade e inicia um processo de vínculo com a terra, originando assim uma forma de pertença, de modo que suas relações começavam a se maturar, desenvolvendo diferentes técnicas agrícolas para a produção de alimentos, principalmente próximo a cursos de água. Sposito (1994, p.12) afirma que o período Mesolítico marca o aparecimento dos primeiros aglomerados que podem ser consideradas cidades: “É nele que se encontra uma primeira condição necessária para o aparecimento das cidades, ou seja, a existência de um melhor suprimento de alimentos através

da domesticação dos animais e da prática de reproduzirem os vegetais comestíveis por meio de mudas.”

O processo de desenvolvimento das cidades ocorreu de forma paulatina e com uma realidade completamente diferente das observadas na contemporaneidade referente à velocidade de transformações que ocorrem nas cidades modernas, principalmente nas grandes metrópoles e nas cidades que são suas limítrofes. Essa fugacidade de modificações das estruturas citadinas pode ser observada a partir da Revolução Industrial do século XVIII, marco histórico que é de grande importância para a compreensão das dinâmicas modernas que permeiam a cidade e a vida que se reproduz e desenvolve nela.

A cidade moderna incorpora em seu dorso estrutural toda uma dinâmica de relações sociais em suas mais complexas conexões que permeiam tanto a vida individual, como a coletiva, assim como, onde se observa os efeitos do Capitalismo nitidamente e sua forma opressora de (re)produção da relação homem-natureza, que pode levar ao esgotamento de recursos naturais que são essenciais para a existência humana, como também para o equilíbrio ecológico do Planeta Terra, que está ameaçado com a destruição constante da vegetação típica dos domínios morfoclimático e que, conseqüentemente, causa uma ameaça para a fauna e flora da localidade.

Assim pode-se asseverar que a cidade se torna o “palco” principal para uma dualidade contrastante na sociedade moderna, sendo que de um lado percebem-se espaços dentro da cidade que levam a uma percepção da sustentabilidade e da preocupação com a preservação dos recursos naturais e, em contrapartida, há localidades em que se firmam acordos, leis referentes a um crescimento desmedido e de uma apropriação dos recursos naturais e da relação do homem-natureza cega e doentia, causada pelo capitalismo de acumulação flexível, que utiliza erroneamente a ideia do pensar sustentável.

Há uma canção que diz que as cidades são “aldeias mortas” (Emicida e Vanessa da Mata, 2016). Tal premissa se baseia nas diversas relações estabelecidas nas cidades, nos inúmeros problemas, conflitos e impactos que ocorrem no ambiente urbano. Tal condição, em muito se deve ao modelo de produção atual, pautado no consumo excessivo, na desigualdade e exclusão social e no desequilíbrio ecológico. Neste contexto de usurpação das riquezas naturais, de desconexão do homem com elementos da natureza, os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável tomaram força como o caminho, alternativa para se frear todo esse processo de “mortificação” e destruição das cidades. (...) Uma economia sustentável, por assim dizer, é o resultado do desenvolvimento sustentável, que por

sua vez conserva as fontes naturais ao mesmo tempo em que aprimora o bem-estar social e não tira a eficácia do sistema produtivo (ESPÍNDOLA; ARRUDA, 2008, p. 9).

De acordo com o Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, em seu Art. 30, I: “Compete aos Municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local”. O que é município, senão a cidade? A cidade é um organismo pulsante, vibrante, no qual os acontecimentos e as relações se dão. A cidade é o ambiente transformado e é dicotômica, pode conter elementos do urbano e do rural, da proteção e da degradação, da ação e da omissão, do justo e injusto, e assim, uma série de outras antíteses poderiam aqui ser evidenciadas, mas a proposta é a de se destacar que a cidade é dual e plural. E se é nela que tudo acontece, é premente e urgente que os processos se deem de forma democrática e equilibrada.

Interessante notar que no atual modelo de produção capitalista é possível auferir lucros e acumular riquezas seja com a expropriação dos recursos naturais, com a miséria e marginalização da sociedade e até mesmo com o próprio processo de degradação e passivos ambientais. O mercado de carbono é claro exemplo de tal capacidade capitalista, assim relatam Quintana e Hacon (2011).

Inevitavelmente, em um planeta que conta com um aumento de sua população, um crescimento da produção e do consumo, haverá, na mesma proporção, significativa pressão sobre o meio ambiente. Com isso, surge um ambiente propício para o discurso da sustentabilidade. Um discurso quase sempre retórico e insustentável, afinal, na cidade, todos querem produzir, adquirir, vender, consumir e, ainda, é preciso considerar a geração de resíduos. Neste sentido, enquanto conceito, sustentabilidade é algo difundido e eficaz, mas para garantir o equilíbrio entre qualidade de vida para a sociedade e conservação da natureza é, ainda, uma meta alcançada em ações pontuais.

De acordo com algumas métricas, isto poderia ser considerado um sucesso. Um uso tão frequente da palavra sustentável indica que um conceito ambiental importante ganhou valor na cultura popular. O blablablá da sustentabilidade, porém, tem um alto custo. Pelo uso excessivo, as palavras sustentável e sustentabilidade perdem sentido e impacto. (ENGELMAN, 2013, p.4)

Em contrapartida, é importante ponderar a necessidade de (re)construção de uma sociedade sustentável e mesmo que os exemplos e manifestações de insustentabilidade sejam mais evidentes e preponderantes, existem ações de pequeno ou grande porte, de pessoas ou grandes empresas, que devem ser vistas com otimismo e motivação, a fim de efetivamente se

disseminar junto à coletividade as práticas de sustentabilidade e o alcance do desenvolvimento sustentável, conforme explicitado por Assadourian (2013).

A empresa de vestuário Patagonia, por exemplo, reconhecendo que a continuidade de seu sucesso depende do planeta, e que “o custo ambiental de tudo que fazemos é incrivelmente alto”, deu um corajoso passo ao incentivar seus consumidores a não comprar seus produtos, amenos que realmente necessitem, encorajando-os a comprar produtos Patagonia usados, ou a viver sem eles (ASSADOURIAN, 2013, p. 71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não teve como objetivo propor caminhos sustentáveis para as cidades brasileiras, mas sim verificar como a cidade se desenvolveu e se fez necessário uma nova forma de percepção organizacional e das relações sociais para que não se chegue ao esgotamento dos recursos naturais. Assim o pensar sustentável de acordo com a dinâmica das cidades precisa ser repensado e/ou reorganizado para que haja uma efetiva ação em conformidade com a relação homem-natureza, principalmente na cidade, pois são nesses centros que se discutem políticas que podem de fato auxiliar na amenização dos impactos ambientais causados pela forma de produção capitalista e na sua reprodução social. Fazendo assim necessário uma nova conceituação de sustentabilidade e de como a sua efetivação pode beneficiar a longo prazo o manutenção e a segurança da reprodução da vida tanto na cidade como fora dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSADOURIAN, E. Reconstruindo Culturas para Criar uma Civilização Sustentável In: A sustentabilidade ainda é possível? **Estado do Mundo**, Salvador, BA: Uma Ed., cap.6, p. 65-77, 2013.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 (Estatuto da Cidade). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

ENGELMAN, R. Além do blablablá da sustentabilidade. In: A sustentabilidade ainda é possível? **Estado do Mundo**, 2013. Salvador, BA: Uma Ed., cap. 1, p.3-17, 2013.

ESPÍNDOLA, M.A.J; ARRUDA, D. de. O. Desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. **Revista Visões** 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 24, pp. 109 – 123, 2008.

SPOSITO, M^a. Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

QUINTANA, A.C; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26 - 2011 pg 427 – 444.